

Medidas protecionistas geram distorções no país

Pressão inflacionária no curto prazo e fechamento da economia são argumentos contrários à implementação de ações isoladas que favorecem poucos setores da indústria

Eva Rodrigues
evarodrigues@brasileconomico.com.br

A partir de medidas como o recente aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tomadas ao sabor da conveniência momentânea, o Brasil está fechando a economia quando deveria caminhar na direção oposta? A discussão pode parecer ingênua num momento em que se vê um movimento global na direção de mais protecionismo, mas ganha sentido se vista sob o prisma da agenda econômica que vem pautando o governo e os efeitos distorsivos que medidas isoladas possam gerar para o ambiente doméstico mais adiante.

É inegável que a indústria nacional sofre com a perda de competitividade há tempos (*leia mais na página ao lado*). Mas ajudar especificamente um segmento — no caso mais recente o automotivo — é realmente o caminho na direção de tornar a indústria nacional mais competitiva? No curto prazo, os argumentos contrários estão ligados às pressões inflacionárias. Já no prazo mais longo é o caminho natural de maior abertura econômica do país ao mundo que está em jogo.

O aumento do IPI num momento em que as pressões de

preços continuam fortes abre as portas para mais alta no segmento que estava ajudando a segurar a inflação, observa o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale. “Ao aumentar a alíquota do IPI o governo protege a indústria nacional da competição e faz com que as empresas percam o incentivo de se modernizar e fazer inovações. Ou seja, o consumidor ganha aumento de preço e pode ver a piora na qualidade do carro médio fabricado aqui dentro.”

E as preocupações não giram apenas em torno do IPI. Para o economista-chefe da Corretora Convenção Tullett Prebon, Fernando Montero, a somatória de medidas recentes cria uma situação complicada de combate à inflação. “Fechar a economia, cortar juros, criar novos impostos em vez de reduzi-los, enquanto dissídios voam e o câmbio se antecipa a qualquer queda mais forte nas commodities, são fatores que não contribuem para a convergência das expectativas à meta de inflação. Será preciso muita crise externa para desinflar esse balão.”

Longo prazo

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010, o Brasil tem um grau de

abertura (medido pela corrente de comércio do país em relação ao Produto Interno Bruto, o PIB) de 23%. É percentual abaixo do de países como Estados Unidos, que tem abertura de 29% do PIB, Índia (46%) e Rússia, com taxa de 50%.

É um nível baixo, conforme explica o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luís Afonso Lima, mas normal em economias com enorme potencial de mercado doméstico como é o caso brasileiro (*leia mais ao lado*).

De qualquer maneira, implementar medida protecionista, atuando para fechar uma economia que ainda tem a demanda aquecida, faz pouco sentido na avaliação da economista-chefe para América Latina do RBS, Zeina Latif. “Ela não se justifica como estratégia de reação à crise, nem como estratégia de crescimento de longo prazo. É apenas mais uma, assim como as iniciativas para segurar o câmbio, entre outras medidas que vão paulatinamente gerando camadas de distorções no sistema econômico brasileiro”, afirma.

Agenda positiva

A economista gostaria de ver no país a execução de uma agenda de políticas para estimular a economia como um todo. “O país opera com custos altos, com uma série de gargalos que precisam ser combatidos. Eu acho que existe uma avaliação de que a indústria é um setor estratégico, que emprega, o que é verdade. Mas a alta do IPI é transferência de renda — o consumidor é que vai arcar com esses custos — e não vejo justificativa para que seja adotada.”

Ao avaliar a medida do IPI como retrocesso, Vale, da MB associados, vai na mesma direção e vê na iniciativa o início de “desmantelamento preocupante” da abertura realizada nos anos 1990 (veja abaixo) e que foi benéfica para a economia. “Se o país não é competitivo, não é via câmbio ou proteção que isso vai ser ajustado, mas via reformas que barateiem o custo geral da economia.” ■

INFLAÇÃO



Alta de preço chega a 66,3% dos produtos

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) divulgado nesta semana mostrou que 66,3% dos produtos pesquisados tiveram alta, nível superior ao de agosto (63,7%). O indicador aponta para pressões de preços mais difundidas.

MERCADO GLOBAL

Brasil precisa ampliar o grau de abertura da economia

O grau de abertura do Brasil — 23% do PIB — é pequeno e precisa ser ampliado, diz o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luís Afonso Lima. “Apesar de uma abertura pequena ser normal para países com um mercado doméstico enorme, há um consenso de que economias em estágio intermediário de desenvolvimento como o nosso devem seguir trajetória de maior abertura”, diz. Desde o impulso de abertura visto no Brasil nos anos 90, o país teve acesso a maior quantidade de bens e serviços de melhor qualidade. “Pode haver sim problemas de competição acirrada, mas no longo prazo é bom para a economia, assim como para a balança comercial”, pondera ele. Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, a onda protecionista que se vê hoje no mundo todo apenas contribui para agravar a situação de crise. “O setor externo é um grande estímulo de crescimento e, ao se proteger, os países perdem esse canal além de manterem os preços internos elevados.” **E.R.**

Divulgação



Sérgio Vale
Economista-
chefe da
MB Associados

“Ao aumentar a alíquota do IPI, o governo protege a indústria nacional da competição e faz com que as empresas percam o incentivo de se modernizar e fazer inovações”

“Conjuntura acelerou mudanças”

Para Kupfer, a crise, o boom das commodities e a China pedem novas estratégias à indústria

O professor e coordenador do Grupo de Indústria do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), David Kupfer, vê na crise global, na perda de mercados de exportação tradicionais, nos altos preços de commodities e no protagonismo chinês alguns dos fatores que aceleraram um processo de reestruturação que ocorre lentamente na indústria brasileira nos últimos 20 anos. “Esse conjunto de efeitos acelerou o processo e o tempo de ajuste ficou muito curto”, observa Kupfer em entrevista ao **Brasil Econômico**.

O que estabeleceu o processo de perda de competitividade da indústria nacional?

Com o acirramento da competição global nos últimos 20 anos, a indústria brasileira vinha seguindo uma trajetória de mudança estrutural lentamente. Esse processo trouxe vantagem competitiva à indústria ligada a recursos naturais (commodities), que se expandiu ao mesmo tempo em que esses produtos ganharam importância no cenário internacional. De outro lado, a indústria manufatureira tradicional fragilizou-se por problemas setoriais como baixa escala ou um certo hiato tecnológico, além de uma combinação negativa dos custos sistêmicos do país.

O que acelerou essa realidade?

A crise global, a perda de mercados de exportações que o Brasil tinha, o boom de preços de commodities e o papel da China como motor da economia no mundo formaram um conjunto de efeitos que aceleraram muito o processo. Tudo isso ao mesmo tempo sugere mudanças tanto na estratégia das empresas quanto nas políticas de governo. Há uma armadilha macroeconômica que não se desfaz no Brasil: não se consegue um caminho seguro para baixar juros sem inflação ou para aumentar investimentos públicos sem impactar o lado fiscal.

E qual o caminho?

O problema é que a ideia de uma política industrial que acelerasse um processo em curso de reestruturação da indústria deu lugar a uma necessidade de políticas compensatórias. Ou seja, o que seria uma estratégia para o longo prazo deu lugar a uma política de sobrevivência, com medidas emergenciais de desoneração de custos. E o Plano Brasil Maior caminha nessa direção de desenhar alternativas compensatórias para amenizar os custos sistêmicos ou as dificuldades que a situação global impõe.

Então não há saída possível?

É uma situação complexa, com tensões que se aprofundam rapidamente e uma economia internacional de muitas incertezas. Essa conjuntura torna difícil o pensamento prospectivo em relação à indústria nacional, no sentido de evitar que ela sofra agora e também tenha condições de retomar uma trajetória de recuperação de forma sustentável e em sintonia com a mudança estrutural pela qual passa o setor produtivo. ■ E.R.

Divulgação

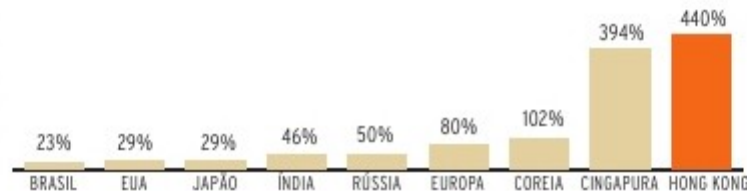


“O Plano Brasil Maior caminha na direção de desenhar alternativas compensatórias para amenizar os custos sistêmicos”

PESO MÉDIO

Comparação da abertura da economia brasileira com a de outros países – corrente de comércio em relação ao PIB em 2010

IMPORTAÇÕES + EXPORTAÇÕES EM RELAÇÃO AO PIB



Fonte: FMI

HISTÓRIA DO PROTECIONISMO

Abertura comercial acelerou nos anos 1980 e volta a retroceder

anos
1950/60



JK dá início a um processo de abertura da economia brasileira, acabando com o modelo de substituição de importações ao abrir o mercado para a entrada de grandes multinacionais, especialmente do setor automotivo

Fonte: Brasil Econômico

70



Após o golpe militar de 1964, que teve Geisel como um de seus comandantes, o país se fecha novamente, com política de proteção comercial e de subsídios à indústria, em especial a automobilística

80



Com a redemocratização do país, teve início também um processo de reabertura da economia, iniciada no governo de José Sarney, continuada na gestão de Fernando Collor de Mello, que liberou as importações

90



O governo de Fernando Henrique Cardoso intensificou a abertura ao implantar no Brasil as recomendações do Consenso de Washington e ao abrir o mercado para empresas estrangeiras no processo de privatizações

2000



O governo do presidente Lula deu continuidade a essa abertura, especialmente a comercial, além de iniciar um projeto de diversificação dos parceiros comerciais do Brasil e ganhando mercados na Ásia, África e Oriente Médio

2010



A crise de 2008 fez o país aumentar tarifas de importação e elevar subsídios a setores específicos da indústria – processo que começou no final do mandato de Lula e se estende à gestão Dilma Rousseff

O setor automobilístico brasileiro é, historicamente, o mais beneficiado pelas políticas de proteção à indústria

